

**O BRASILEIRO JOÃO ROBERTO MOREIRA, INTELLECTUAL “APOLÍTICO”?
REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO COM O ESTADO NACIONAL MEDIANTE
ANÁLISE DE SUA TRAJETÓRIA (1912-1967)**

Leziany Silveira Daniel

RESUMO

O Intelectual brasileiro João Roberto Moreira (1912-1967) foi um educador atuante em órgãos como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógico (INEP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), no Brasil. Partimos do pressuposto de que Moreira participou de um momento em que os conhecimentos oriundos das Ciências Sociais e sua articulação com a educação tornaram-se fator fundamental para formulação e implementação de determinadas políticas de Estado, partindo assim de determinados projetos de modernização da sociedade, evidenciados por inúmeros intelectuais. A partir das análises realizadas podemos afirmar que a trajetória de Moreira foi fundamentalmente marcada por sua relação com o Estado. Contudo, a fecundidade em discutir esta relação encontra-se, não só no entendimento dos momentos de contradição e de relação amistosa desta interlocução, mas também na compreensão de como Moreira entendia sua função como intelectual. Para tanto, o exercício de análise parte de uma afirmação do próprio Moreira, na qual ele indicava e afirmava seu caráter *apolítico*, autodenominação esta que encerra em si um entendimento determinado acerca de sua função e ação como intelectual da educação.

Palavras-chaves: intelectual; educação; Ciências Sociais; Estado.

O Intelectual brasileiro João Roberto Moreira (1912-1967) foi um educador atuante em órgãos como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógico (INEP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), no Brasil. Partimos do pressuposto, neste trabalho, de que Moreira participou de um momento em que os conhecimentos oriundos das Ciências Sociais e sua articulação com a educação tornaram-se fator fundamental para formulação e implementação de determinadas políticas de Estado, partindo assim de determinados projetos de modernização da sociedade, evidenciados por inúmeros intelectuais. A partir das análises realizadas, podemos afirmar que a trajetória de Moreira foi fundamentalmente marcada por sua relação com o Estado.

Contudo, a fecundidade em discutir esta relação encontra-se, não só no entendimento dos momentos de contradição e de relação amistosa desta interlocução, mas também na compreensão de como Moreira entendia sua função como intelectual. Para tanto, o exercício de análise parte de uma afirmação do próprio Moreira, na qual ele indicava e afirmava seu caráter *apolítico*, autodenominação esta que encerra em si um entendimento determinado

acerca de sua função e ação como intelectual da educação. Consideramos que ela encontra sua justificativa em determinadas concepções do período, em especial, as indicadas por Mannheim (1976) que eximiam os intelectuais de seu comprometimento com a política e com os interesses de classe. Para Mannheim (1976, p.182), os intelectuais não estavam vinculados a nenhuma classe em específico, contudo, resumiam “em si mesmo todos os interesses que permeiam a vida social”.

Acreditamos, todavia, que Moreira não deixou, em nenhum momento de sua vida profissional, de posicionar-se politicamente e, portanto, de sofrer as consequências políticas, positivas ou negativas. Entendemos, desta forma que

o intelectual é uma personagem bidimensional que não existe e não subsiste como tal a não ser que (e apenas se) esteja investido de uma autoridade específica, conferida por um mundo intelectual autônomo (ou seja, independente dos poderes religiosos, políticos, econômicos) do qual respeita as leis específicas, e que (e apenas se) empenhe essa autoridade específica em lutas políticas. Longe de haver, como se crê comumente, uma antinomia entre a busca da autonomia (que caracteriza a arte, a ciência ou a literatura ditas ‘puras’) e a busca da eficácia política, é aumentando sua autonomia (e, com isso, entre outras coisas, sua liberdade de crítica com relação aos poderes) que os intelectuais podem aumentar a eficácia de uma ação política cujos fins e meios encontram seu princípio na lógica específica dos campos de produção cultural (BOURDIEU, 1996, p.370).

Ao analisar as relações estabelecidas entre Moreira e o Estado, pelo menos cinco momentos destacaram-se, por entendermos que ajudam a caracterizar e a compreender muitas das contradições e tensões desta interlocução: período em que Moreira atuava em Santa Catarina, durante o governo do Interventor Federal Nereu Ramos (1937-1944); período em que passou a atuar no CBPE, principalmente quando se afastou desse grupo e iniciou seus trabalhos a serviço da UNESCO (década de 1940/1950); momento da prisão do filho mais velho pelos militares, logo no início do período do regime militar no Brasil (década de 1960); período em que tentou voltar a trabalhar no governo brasileiro, no início do ano de 1965; e finalmente, em 1967, momento em que procurou, novamente, se reaproximar do governo brasileiro.

A atuação de Moreira em Santa Catarina, nas décadas de 1930 e 1940, depois de sua passagem pelo Paraná, onde conheceu e se inseriu no Movimento pela Escola Nova, seria sua primeira experiência, de fato, não só como educador na área de formação de professores, mas como intelectual que pensava a educação e colaborava com o governo na formulação e no encaminhamento de políticas para a educação. Sob o regime do Estado Novo, Moreira defendeu, em muitas ocasiões, as realizações e os encaminhamentos dados à educação pelo

governo do Interventor Federal em Santa Catarina Nereu Ramos. Em especial, a efetivação da política de nacionalização do ensino foi algo acirradamente perseguida e, muitas vezes, ressaltada por Moreira como grande tarefa a ser realizada no Brasil e, particularmente, no Estado de Santa Catarina. Durante o período em que foi professor e diretor do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis (1937-1943), Moreira foi convidado para inúmeros eventos e, neles, colocou-se como intelectual que, pensando a educação, apoiava as medidas do Estado no campo educacional. Não se percebe, nesse momento, nenhuma crítica contundente de Moreira a qualquer uma das medidas adotadas pelo governo no processo de reforma ou nacionalização do ensino em Santa Catarina. Contudo, anos depois, quando já atuava no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 1954, ao escrever o livro **A Educação em Santa Catarina**, embora continue a valorizar o empenho do governo do estado na criação e expansão do sistema escolar, analisava o caráter da escola existente, considerando-a *intelectualista*, em demasia. Se no período em que ainda atuava em Santa Catarina, ele apoiava as políticas adotadas para a expansão do ensino catarinense, efetuadas nas primeiras décadas do século XX, Moreira, naquele momento, embora continuasse a valorizar o esforço despendido, criticava diretamente o caráter tradicional da escola catarinense, mantido mesmo com todas as políticas adotadas, demonstrando que havia adquirido maior autonomia intelectual para realizar tais críticas.

Moreira, nesse sentido, atuando em Santa Catarina, participou de um momento em que, mesmo sob um regime político ditatorial, colocou-se ao lado do Estado na tarefa de pensar a educação e apoiá-lo nas medidas educacionais que considerava necessárias para a efetivação dos preceitos da Escola Nova e da nacionalização do ensino. Neste momento, pela análise de seus escritos, principalmente artigos, em especial, Moreira colocava-se ao lado do Estado e, como tal, não discutia o regime ou a conduta do governo (Moreira, 1938;1941;1943)

Para tanto, no segundo momento, depois de iniciar sua carreira como funcionário público federal e atuar como técnico da educação, durante vigência de regime democrático, Moreira foi afastado, no final dos anos 1950, do grupo do CBPE. Por questões de divergências quanto à sua indicação para substituir Anísio Teixeira na direção do INEP, Moreira afastou-se de sua atuação mais direta no governo brasileiro. Segundo Xavier (1999), Darcy Ribeiro foi um dos principais intelectuais que se posicionou contra a nomeação de Moreira, condenando a facilidade com que ele aceitara o cargo. Para Ribeiro, não era Anísio que estava sendo dispensado, mas o pensamento de um grupo (XAVIER, 1999, p.222). Depois de muitas manifestações de repúdio, Anísio Teixeira retornou ao cargo de diretor do

INEP, sendo seu vice o próprio Darcy Ribeiro. Moreira, assim, acabou se afastando do CBPE, indo trabalhar a serviço dos organismos internacionais.

Ele seria ainda, em 1961, convidado novamente para assumir a direção do INEP, mas optou por trabalhar para a UNESCO. Na carta enviada por Moreira a Antonio de Oliveira Britto, o então Ministro da Educação e Cultura, em nove de outubro de 1961, Moreira relatou a suposta razão de sua recusa em assumir o cargo.

tive a esperança e a vaidade de consagrar-me a um grande trabalho de planejamento e coordenação executiva em educação. Entretanto, a crise política militar, que abalou o Brasil, de par com a angústia que a todos acabrunhou, trouxe-me dúvidas quanto ao acerto do caminho aceito e quanto ao dever de nele tentar permanecer.

Em 1964, Moreira enfrentou uma situação não relacionada diretamente à sua atuação profissional, mas que provocou um pronunciamento e uma reflexão acerca de seu papel como intelectual: a prisão de seu filho mais velho, Luiz Erasmo, pelo regime militar¹. Moreira estava trabalhando no Chile e se preparava segundo sua mulher, para retomar seu trabalho no Brasil. Foi quando soube da prisão do filho. Ainda no Chile, ele enviou carta ao Presidente da República, Marechal Castelo Branco²:

Senhor Presidente,

Creio que nem a Constituição da República nem o Ato Institucional ditado pelas Forças Armadas ao nosso país, me proíbem que, como cidadão brasileiro, me dirija a V. Ex, sem procurar intermediário. Não sou, nem fui nunca um político, seja de direita, de esquerda ou do centro, motivo pelo qual tal intermediário me seria extremamente difícil para o fim que tenho em vista. Entretanto, graças a meus merecimentos, pessoais, fui professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, e da Universidade do Chile. Consequentemente, por concurso e, portanto, sem intermediário, o cargo de técnico de educação do MEC e, durante a breve administração do Sr. Jânio Quadros, fui Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação. Tenho obras publicadas no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos e no Chile. Atualmente sou perito das Nações Unidas na América Latina. Finalmente, ainda agora fui consultado, por intermédio do Departamento Sarazate sobre se aceitava voltar a ocupar o cargo de Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, o que não foi possível, pois o convite coincidiu com a prisão, em São José dos Campos, Estado de São Paulo, de meu filho, Arquiteto Luís Erasmo de Moreira. Este é um jovem idealista e trabalhador. Entre 1958 e 1960, com um salário de 6 a 12 mil cruzeiros mensais, construiu escolas no interior de Minas Gerais, Goiás, Pernambuco e São Paulo. Atualmente tinha uma firma de construção civil em São José dos Campos, onde suas

¹ As informações aqui relatadas acerca da prisão de Luiz Erasmo foram coligidas a partir das fontes encontradas, em especial, das cartas redigidas por seu pai, João Roberto Moreira. Não se obteve maiores esclarecimentos acerca do tempo de prisão ou do momento de soltura de Luiz Erasmo.

² Moreira entrou em contato também com outros amigos no Brasil para tentar obter notícias da prisão do filho. Em catorze de maio de 1964 escreveu para Laerte Ramos de Carvalho, pedindo para ele “obter do Comando da 4ª Zona Aérea, que o rapaz seja posto dentro de um avião de carreira e embarcado para o Chile. Eu cobrirei toda e qualquer despesa”. Ressalta que o filho não é “conspirador ou agitador” e que é “honesto e trabalhador, com seus ideais e suas idéias”. Salieta que se não fosse possível embarcar o filho para o Chile, que pelo menos Laerte o informasse sobre a situação.

obras representavam a melhor arquitetura de toda a área, a tal ponto que o Centro Técnico de Aeronáutica ali sediado, se valia de seu trabalho. É possível que no seu idealismo que era de amor ao Brasil e ao nosso povo, esse jovem tenha tido idéias esquerdistas, mas sei com absoluta segurança que era inofensivo, não era conspirador nem capaz de qualquer maldade. Por essa razão venho solicitar a V. Ex., já que todos os meus esforços para obter a liberdade, ainda que condicional, de meu filho, fora em vão, que determine o seu exílio. Que me seja permitido, Senhor Presidente, ter meu filho e sua família (minha nora e netos) comigo, aqui no Chile, onde há trabalho para que ele e ordem democrático-jurídica que lhe permite ter as idéias que queira ter. Sr. Presidente, dediquei toda a minha vida, já trinta anos de contínuo trabalho, à educação brasileira. Sei que meu filho não cometeu nenhum crime. Permita, pois, V. Ex., que tenha agora esse infeliz regalo: o exílio de meu filho e meus netos. Até o dia 5 de maio, quando deixei o Brasil, para reassumir o meu cargo internacional, meu filho, o arquiteto Luís Erasmo de Moreira, estava preso na Base Aérea de Santos, Estado de São Paulo. Conceda-me, Sr. Presidente, a mim, ao meu filho, pelo menos o que foi dado ao Sr. João Goulart, corrupto e corruptor demagogo, e aos outros oportunistas que, refugiados em Embaixadas estrangeiras, conseguem agora salvo-condutos para talvez, planejar no exterior a retomada do poder. Meu filho não pertence a esse grupo, nem com ele teve a menor relação. Deus guarde a V. Ex, Senhor Presidente, e a nossa querida Pátria.

Moreira, nessa carta, teve a preocupação de colocar-se, não só como cidadão, mas como profissional da área da educação, ressaltando os méritos de sua trajetória, discurso este que podemos considerar estratégico, valorizando os capitais sociais e simbólicos acumulados, para validar sua tentativa de intervenção junto ao Presidente pela libertação de seu filho, procurando desvincular, contudo, o teor político de seu pedido. Salientava, nessa perspectiva, que mesmo trabalhando no Estado, nunca fora um político. O que se considera é que Moreira não se coloca como político, pelo menos no âmbito partidário, como ressaltado em sua fala, mas discute e se posiciona quanto à questão da política nacional, ressaltando, por exemplo, o fato de considerar Goulart “corrupto e corruptor demagogo”. Para tentar defender seu filho, Moreira utiliza-se de argumentos que exaltam o papel dele como intelectual e que deixam claro, pelo menos nessa carta, certa concordância com o regime militar instalado. Ao mesmo tempo, ao admitir que seu filho pudesse de fato possuir ideias esquerdistas, pedia que ele fosse exilado para o Chile, onde ele considerava que as pessoas podiam ter as ideias que quisessem. Entendemos que com essa questão Moreira deixa transparecer certa indisposição quanto à questão da conduta e dos ideais permitidos no Brasil. Numa carta encontrada, de 26 de maio de 1964, escrita em espanhol, mas sem remetente, Moreira deixa mais claro o que pensa sobre a situação do filho e sobre sua possível condição se ele mesmo estivesse no Brasil. Para Moreira, a prisão de seu filho:

se deve a que ideologicamente era um homem de esquerda, aceitou todavia ser presidente de uma Associação de Cultura Popular, que foi considerada como foco comunista (...). Não teria nenhuma ligação com o Governo de Goulart e rechaçou dois convites para trabalhar na Universidade de Brasília. Não podem utilizar nenhum cargo concreto contra ele, portanto. Não tenho dúvidas de que se eu estivesse no Brasil também seria preso, porque minhas idéias político-econômicas não são muito diferentes das deles. Aliás, o novo governo queria dar-me uma posição (tradução nossa).

Moreira admite que sua situação também seria complicada se estivesse no Brasil, por conta de suas idéias *político-econômicas*. Todavia, faz questão de destacar que havia sido convidado para assumir um cargo junto ao governo, recém-instalado. Sua recusa ao cargo pode ter ocorrido mais por conta da prisão do filho do que pelo aspecto de não concordar com alguns encaminhamentos do regime instalado.

Novamente, na carta que escreveu para o Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, em vinte e três de junho de 1964, Moreira constrói argumentos que trazem em seu teor o fato de se considerar um especialista em educação, contudo, com caráter *apolítico*. Como na carta enviada ao Presidente da República, Moreira descreveu suas funções na UNESCO e os cargos já ocupados em várias instâncias governamentais, chamando atenção para o fato de que quando ainda era jovem, havia sido professor catedrático da Escola Normal de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, durante o governo do Interventor Federal Manoel Ribas. Por conta dessa profissão, que seguiu tão cedo, Moreira salientava que havia sido convidado para retornar ao Brasil e participar “de uma obra de reconstrução educacional em nosso país”, embora admitindo “substancial prejuízo pessoal em salário”. Para Moreira:

a experiência nacional e internacional que obtive, a estima e o respeito que me dão nos países em que tenho estado, fizeram-me desejar dar ao Brasil, da forma mais eficiente possível, tudo o que sou e acumulei nestes 30 anos de estudos e de vida profissional. Acreditando que a função primordial da escola é a de fazer possível o desenvolvimento social, considerada não apenas em seu aspecto material, mas, sobretudo no que é como humanização do homem, vejo nela o mais potente instrumento de que um pouco pode dispor, seja num sentido de construção democrática, seja no de fanatização e de supressão da personalidade livre. Os últimos 50 anos da história humana o tem demonstrado com bastante clareza – Por que, então, não dar tudo o de que sou capaz, nos meus últimos anos de atividade profissional, ao progresso ou perfeição desse instrumento em meu país? Foi com tal propósito que, a 18 de abril, tomei o avião em Santiago, com minha senhora, para atender à solicitação que, em nome de V. Ex., o Dep. Paulo Sarazate me mandara fazer por telefonema internacional. Quisera, porém, (...) que outros feitos se interpussem e impedissem que eu me apresentasse de V. Ex. Homem apolítico, sem outra orientação que a da minha profissão e meus ideais profissionais, cheguei ao Brasil sem nenhuma prevenção. Aconteceu, porém que meus valores em relação à família e à justiça social foram violentados. Chocados pela prisão, no dia anterior, de meu filho mais velho. A princípio, admitia-a como possível engano. Dias depois me certifiquei de que não houvera engano. Procurei então conhecer da

periculosidade que esse meu filho representaria para a segurança nacional. Cheguei à conclusão de que fora vítima de intrigas de adversários pessoais, pois que nada fez ou de nada participou, que pudesse incriminá-lo. Incomunicável, não me permitiam falar-lhe. E, assim, me vi incompatibilizado para assumir qualquer função diretor do Ministério da Educação e Cultura. Triste e derrotado voltei ao Chile, para continuar o meu trabalho em favor do desenvolvimento da educação latino-americana. Não tenho, porém, rancores. Educar é obra de amor e serenidade, não é de ódio. Por isso, continuarei a servir o Brasil na medida de minhas possibilidades. E é isso o que venho oferecer a V. Ex.: os meus bons ofícios como funcionário da UNESCO, para assistir o Brasil tecnicamente, até onde me seja permitido. Explicado o que houve, quero também pedir-lhe que desculpe não o ter visitado em abril; o clima emocional que, para minha família, criou a prisão de Luís Erasmo, prejudicou o cumprimento de meus deveres para com V. Ex., seja como funcionário da UNESCO, seja como brasileiro e como funcionário, ainda que licenciado, do MEC. Tão logo meu filho seja absolvido das injustas acusações que lhe foram imputadas, irei ao Brasil e, nessa oportunidade, procurarei avistar-me com V. Ex. para pô-lo ao corrente das atividades da UNESCO na América Latina.

Diferente da carta enviada ao Presidente da República, nessa carta ao Ministro da Educação e Cultura, Moreira parece tentar garantir, embora voltando para o Chile, futuros trabalhos no Brasil e boas relações com as autoridades brasileiras. Novamente, ressaltava seu caráter *apolítico* e seu compromisso com a educação nacional. Percebemos, nessa carta, uma defesa mais contundente de seus propósitos de ajudar a educação no Brasil, ressaltando o papel central da escola como instrumento para a mudança social. Nessa carta também vincula mais diretamente seus ideais à sua profissão, mas não polemiza quanto à aceitação ou não deles no Brasil, naquele momento. Moreira deixa claro que continuava prestando serviço ao Brasil, mediante seu trabalho na UNESCO, mas admitia seu vínculo também com o governo brasileiro, como funcionário licenciado do MEC.

Outra adversidade enfrentada por Moreira nesse momento está relacionada à preparação de seu livro e de Havinghurst, em inglês, **Society and Education in Brazil**, no qual redigiu um prefácio, ainda em 1964, cujo conteúdo criticava o golpe militar. Segundo sua mulher, quando Moreira ainda estava no Chile, recebeu convite para voltar ao Brasil, estando seu livro para ser publicado. Ela salienta então, que no Brasil, Sandra Cavalcanti foi à televisão dizendo que achava absurdo o homem que escrevera aquele livro ser convidado para trabalhar no governo. De acordo com Celmira, em virtude desse fato, eles vieram ao Brasil para Moreira poder recusar pessoalmente o convite, sendo preso, nesse mesmo período, seu filho Luís Erasmo. O referido prefácio foi encontrado, datilografado, intitulado-se **Special preface – The coupe D’Etat of 1964**. Abaixo, a tradução do referido documento:

Em primeiro de abril, 1964, o Presidente Goulart deixou o país e um novo regime tomou o governo do Brasil. Líderes armados conduziram o movimento e foram apoiados pelos governos de São Paulo, Minas Gerais e Guanabara. Logo após a tomada, o General Humberto Castelo Branco foi nomeado o Presidente pela Câmara de Deputados, com mandato até o final de 31 de janeiro de 1966. A constituição foi suspensa e um tipo de lei marcial foi estabelecido por 90 dias. Durante esse período as autoridades militares colocaram cerca de 2.000 pessoas na prisão sem julgamento. O novo governo exilou cerca de 200 proeminentes pessoas por suas convicções políticas por 10 anos, incluindo o ex-Presidente Kubitschek e o economista Celso Furtado, Diretor destituído da Comissão de Desenvolvimento do Nordeste. Entre os maiores funcionários governo que foram depostos estava Anísio Teixeira, Diretor do Instituto de Estudos Educacionais, do Ministério da Educação. Para seu lugar foi indicado um educador conservador proeminente, diretor de uma escola secundária privada de São Paulo. Parece claro que o novo governo é mais conservador do que o que foi deposto. Ainda não é provavelmente um governo reacionário. Promessas têm sido feitas para estabelecer uma reforma no país. A maioria das pessoas colocadas na prisão depois de primeiro de abril tem sido liberadas. Os líderes do novo governo não afirmam que o governo Goulart foi dominado por comunistas. Contudo, eles dizem que os governos de Kubitschek, Quadros e Goulart foram repletos de corrupção, e um governo mais honesto era necessário. Não obstante, o novo governo tomou ações contra pessoas com visões de políticas que eram tanto liberais quanto conservadoras. Certamente o governo foi ameaçado pela crescente inflação. A queda anual do poder de compra do cruzeiro foi de 12 por cento entre 1952 e 1954; 18 por cento entre 1956-59; 25 por cento em 1960; 30 por cento em 1961; 50 por cento em 1962; e 80 por cento em 1963. Existem muitas questões importantes afetando a educação que podem somente ser perguntadas, e não respondidas, aqui. 1. Nesse momento, o aumento das matrículas nas escolas secundárias e universidades continuarão? O aumento aparente será necessário para desenvolvimento econômico adicional no Brasil. Tal aumento requer maiores gastos do governo para educação. 2. O novo governo favorecerá o privado em contraste às escolas secundárias públicas no seu programa de suporte financeiro? 3. O novo governo favorecerá mais a iniciativa estatal e local e se responsabilizará pela educação, uma tendência chamada de lei de educação básica que foi adotada depois de longa e cuidadosa consideração pelo último Congresso? Em julho de 1964, o Congresso votou a extensão do mandato do Presidente Castelo Branco até 15 de março de 1967. Isso pode criar um período de quase três anos de incerteza e de espera até a chegada do Presidente eleito popularmente, com um definitivo cenário para a política. Isso, provavelmente não quer dizer que mudanças significantes não possam ocorrer no sistema educacional brasileiro num futuro imediato. Talvez o crescimento rápido seja retardado ligeiramente. Os eventos realmente decisivos serão a eleição do novo Presidente no final de 1966, e a eleição do novo Congresso nacional. Em meados de 1967 poderá ser possível dizer como as tendências descritas nesse livro serão afetadas pelos eventos políticos de meados de 1966 (tradução nossa).

Da análise do texto acima, percebemos claramente que Moreira critica o regime militar instalado. Contudo, esse tom não percorre todo o texto, procurando eleger questões para serem perseguidas pelo governo com relação à educação. Podemos considerar, especialmente, que a sua crença no restabelecimento mais rápido da democracia, do desafio colocado quanto aos encaminhamentos a serem pensados no tocante à educação, além da crítica às prisões realizadas, tenham sido também fundamentais para que Moreira não assumisse seu cargo no governo brasileiro. Um desconforto advindo tanto da parte de Moreira quanto da parte de autoridades do governo, ao tomar conhecimento do teor do referido prefácio.

De volta ao Chile, segundo sua mulher Celmira, Moreira acolheu em sua casa (chamada por Celmira, nesse momento, de *embaixadinha*), inúmeros exilados políticos do Brasil, entre eles Adão Pereira Nunes e Fernando Henrique Cardoso. Para ela, por terem passado tantas pessoas consideradas *comunistas*, Moreira também só poderia ter sido considerado comunista. Aventamos assim, que esse tenha sido o momento mais controverso da relação de Moreira com o governo brasileiro. Moreira, nesta situação, procurou usar dois argumentos principais para refutar as acusações realizadas: o fato de se considerar *apolítico* e o mérito de sua trajetória sempre dedicada ao campo educacional brasileiro. Moreira tenta conservar sua posição junto ao governo mediante tais justificativas, no entanto, estas não foram suficientes para sua permanência e atuação no Brasil, naquele momento. Seu posicionamento político parece se mostrar contraditório, com ressalvas positivas, muitas vezes, ao regime recém-instalado e crítica ao anterior, mas também de destaque para questões em torno de liberdades que estavam sendo cerceadas. Moreira parece se movimentar numa *zona de perigo*, em que considerar-se político ou posicionar-se mais claramente quanto à política, gerava consequências, muitas vezes, imprevisíveis. Não estava em jogo somente sua atuação junto ao governo, mas a liberdade de seu filho e a sua própria. Já no início de 1965, Moreira foi novamente convidado a trabalhar no Brasil. Contudo, como já salientado, ele não conseguiu nem assumir o cargo no CBPE nem no Ministério do Planejamento. As condições políticas para sua permanência no Brasil continuavam adversas e, ele, então, desistiu dos cargos e voltou a trabalhar para a UNESCO.

O último momento da trajetória privilegiado para a análise acerca da relação de Moreira com o Estado, trata-se do último ano de sua vida, 1967. Nesse momento, Moreira recebeu também, como já apontado, convite para trabalhar no Serviço Nacional de Erradicação do Analfabetismo, chegando mesmo a redigir parte do artigo de lei referente a esse assunto. Contudo, nesse último momento, Moreira não chegou a voltar ao Brasil nem assumir o cargo, pois veio a falecer ainda na cidade de Porto Rico. É-nos possível dizer que, naquele momento, Moreira tentava de fato reaproximar-se do governo brasileiro, apoiando, de certa forma, as políticas adotadas. Tal fato pode ser explicitado mediante carta enviada por Moreira, em dez de abril de 1967, ao Presidente da República, Artur Costa e Silva.

Senhor Presidente,

Com simplicidade, mas consciente dos valores de nossa gente e das esperanças que nunca nos abandonaram a todos os brasileiros, peço-lhes vênica para fazer chegar-lhe as expressões do meu aplauso ao discurso que Vossa Excelência pronunciou a 5 de abril, em Brasília, o qual foi reproduzido e comentado em vários jornais dos Estados

Unidos, inclusive em “El Mundo”, deste Estado Livre Associado que é Puerto Rico. Creio, Sr. Presidente, que suas palavras representam a mais legítima expressão cristã não só de esperanças, mas também de possibilidades reais de desenvolvimento e progressivo bem-estar social, econômico e político de todos os brasileiros e, sem dúvida, também de todos os povos desta sofrida América Latina, que tenho conhecido nos seus problemas e nas suas aspirações e potenciais reais. Em minha juventude, ainda que nunca tivesse tido qualquer atividade política, vacilei muitas vezes entre as ideologias reformistas de nosso tempo, até que, já em plena maturidade, me dediquei exclusivamente ao estudo do Brasil e à educação de nossa gente. Desde 1955 tenho tido oportunidade de conhecer as Américas e de estudá-las, primeiramente como estagiário e depois como ex-professor da Universidade de Chicago, ex-professor da Universidade do Chile e ex-coordenador do Projeto Principal de Educação para América Latina, desenvolvido pela UNESCO. Atualmente, em Puerto Rico, como consultor e professor do Departamento de Estudos Superiores, da Faculdade de Educação, de sua grande universidade, continuo a dedicar-me aos estudos e ao ensino da situação econômica-social, cultural e política da América Latina. É, portanto, com base no que tenho e no que sou, que venho trazer, com humilde simplicidade, a expressão do meu aplauso à política que Vossa Excelência delineou no dia 5 de abril. Muito respeitosa, saúdo à Vossa Excelência.

Recorrente em outras cartas enviadas às autoridades brasileiras, Moreira destacava suas funções desempenhadas nas várias instâncias educacionais no Brasil e no exterior. Nessa carta, em especial, Moreira explicita sua aprovação ao governo de Costa e Silva, recentemente iniciado, que lhe parecia preparado para implementar as políticas de bem-estar social defendidas naquelas últimas décadas. Neste sentido, a educação, questão privilegiada por Moreira em sua carreira, aparece como fator essencial na promoção do desenvolvimento social. De alguma forma, Moreira deixa claro seu posicionamento político, apoiando explicitamente o novo governo e, estrategicamente, colocando-se à disposição para uma nova atuação no Brasil. Assim, com o convite real para voltar ao Brasil e participar do governo, Moreira elogia e, até certo ponto, concorda com os encaminhamentos dados pelo governo, utilizando-se de sua experiência na área da educação para colocar-se, novamente, disponível para o Estado brasileiro. Os entraves políticos enfrentados por ele em outros momentos não são mencionados. Para Moreira, desta forma, sua denominação como *apolítico* era adjetivo fundamental para manutenção da abertura aos trabalhos na área educacional no Brasil.

Assim, entender sua atuação no campo educacional brasileiro não pode ocorrer sem a análise da relação construída entre ele e o Estado. Analisar esta relação é levar em consideração os momentos em que Moreira cruzou uma *zona de perigo*, na qual procurou construir argumentos que amenizassem as implicações políticas de seu posicionamento. A partir de Bourdieu (1996), percebemos que o coeficiente de autonomia intelectual adquirida por Moreira sempre foi o condicionante para a garantia ou não da eficácia de sua ação política. Alcançar, assim, a *Racionalidade Ativa* pretendida por ele, destacada já no início de

sua trajetória, estava condicionada às questões em torno de sua autonomia no campo educacional e de sua movimentação no campo político.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

XAVIER, Libânea Nacif. **O Brasil como laboratório**. Educação e Ciências Sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. CBPE/INEP/MEC. (1950-1960). São Paulo: IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

FONTES

Entrevista concedida por Celina Moreira, à equipe e pesquisa do Departamento de Educação PUC-Rio em agosto de 1995.

MOREIRA, João Roberto. **A educação em Santa Catarina**. Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. INEP. Campanha de Inquéritos e levantamento do ensino médio e elementar (CILEME), 1954. 103 p.

MOREIRA, João Roberto. O plano elaborado no governo de Vidal Ramos e as questões educacionais na atualidade. Discurso pronunciado na festa comemorativa do 25º aniversário de fundação do Grupo Escolar “Silveira de Souza”. In: **Diário Oficial**, n. 1316, ano V, 1 de outubro de 1938.

_____. Função da escola pública catarinense. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, n. 2, nov. 1941.

_____. Terceiro Congresso de Brasilidade. Conferência pronunciada pelo sr. João Roberto Moreira, no dia 15 de novembro de 1943, sobre o tema – Unidade Cultural. In: **Diário Oficial**, Florianópolis, n. 2631, ano X, 30 de novembro de 1943.

_____ & HAVIGHURST, Robert J. **Society and education in Brazil**. University of Pittsburgh Press. 1967.

_____. [Carta] 1961 out. 09, Rio de Janeiro [Brasil] [para] Sr. Deputado Antonio de Oliveira Britto, Rio de Janeiro. Manuscrito.

_____. [Carta] 1964 mai. 12, Santiago [Chile] [para] Presidente da República Marechal Castelo Branco, Brasília [Brasil]. Datilografado.

_____ [Carta] 1964 mai. 14, Santiago [Chile] [para] Laerte Ramos de Carvalho, São Paulo [Brasil]. Manuscrito.

_____ [Carta] 1964 jun. 23, Santiago [Chile] [para] Ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda, Brasília [Brasil]. Datilografado.

_____ [Carta] 1967 abri. 10, Rio Piedras [Puerto Rico] [para] Presidente da República Artur Costa e Silva, Brasília [Brasil]. Datilografado.